

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.775.529 - SP (2018/0281247-6)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
EMBARGANTE : SAMARA NASCIMENTO PEREIRA
ADVOGADO : SAMARA NASCIMENTO PEREIRA (EM CAUSA PRÓPRIA) -
SP260488
EMBARGADO : BANCO PAN S.A.
ADVOGADOS : ANTONIO CELSO FONSECA PUGLIESE - SP155105
ANA PAULA GENARO E OUTRO(S) - SP258421
ANDERSON DE SOUZA AMARO - SP343489
INTERES. : IVAN FABIO VIGIATO
INTERES. : IME SOLUCOES TECNOLOGICAS LIMITADA

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra decisão por meio da qual neguei provimento ao recurso especial interposto pela embargante.

Em seu recurso, a embargante sustenta existência de contradição e omissão na decisão embargada, aduzindo que adquiriu dos devedores, em data anterior ao ajuizamento da ação executiva, o imóvel penhorado, não ocorrendo fraude à execução como concluiu o Tribunal de origem.

A parte embargada, regularmente intimada apresentou impugnação, manifestando-se pela manutenção da decisão atacada.

Assim posta a questão, passo a decidir.

Não se verifica obscuridade e omissão apontadas, devendo-se manter o acórdão recorrido por seus próprios fundamentos. Estão ausentes os pressupostos que dariam ensejo à sua oposição: omissão, obscuridade ou contradição. Com efeito, o julgado embargado é claro em suas premissas e objetivo em suas conclusões, inexistindo vício a ser sanado. Apenas, a solução prestigiada não corresponde à desejada pela embargante, circunstância que não eiva o acórdão de nulidade.

Ficou assentado na decisão embargada que a Corte local se baseou na produção de provas, para concluir pela má-fé na alegada aquisição por terceiro do imóvel penhorado, em razão dos elementos analisados, já que ausentes valores transferidos ou prestação de serviço que justificassem a aquisição do bem; não se demonstrou que a compradora realizou pesquisa quanto a possíveis gravames sobre o imóvel, até porque se trata de profissional de área jurídica; deficiência de prova que demonstrem que a

terceira/adquirente reside no imóvel objeto da penhora, além disso os devedores elencaram o imóvel constrito em sua lista de bens quase dois anos depois da suposta alienação.

Consignou expressamente, do mesmo modo, que a revisão do entendimento do Tribunal de origem, exigiria o reexame de matéria fático-probatória em recurso especial, vedado pela Súmula 7 do STJ.

Verifico, assim, que a parte embargante pretende, sob o pretexto de existência de vício na decisão embargada, o re julgamento da causa.

Os embargos de declaração não se prestam ao re julgamento ou, simplesmente, ao prequestionamento de normas jurídicas ou temas que, segundo a ótica da parte, deveriam guiar ou conduzir a solução do litígio. Eles servem para suprimimento de omissões e esclarecimento de dúvidas e contradições do julgado, de tal forma que, se existentes tais vícios, sua correção venha eventualmente a prequestionar os pontos levantados pela parte.

Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO INTERNO.
OMISSÃO. OBSCURIDADE. CONTRADIÇÃO.
INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA
CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE.

1. Os embargos de declaração só se prestam a sanar obscuridade, omissão ou contradição porventura existentes no acórdão, não servindo à rediscussão da matéria já julgada no recurso.

2. (...)

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt no AREsp 890.127/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 29/8/2017)

Em face do exposto, rejeito os embargos, nos termos do acima exposto.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora